

## FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF

Ingrid Lílían Fhur Raad  
Maria Lúcia Silva Guimarães

Além das transferências obrigatórias e voluntárias, mecanismos existentes para a redistribuição das receitas tributária federal e estadual para estados e municípios, foi instituído a subvinculação de 60% dos recursos vinculados à educação e criado o FUNDEF, com o objetivo de garantir equidade na capacidade financeira dos estados e municípios de atendimento ao ensino fundamental obrigatório.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar em todo o País, exceto no Pará, onde a implantação ocorreu em julho de 1997, por força de lei estadual.

O Fundo é composto por recursos dos próprios estados e municípios, originários de fontes já existentes, sendo constituído de 15% do:

- Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – incluindo os recursos relativos à desoneração de exportações, de que trata a Lei Complementar nº 87/96; e
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (Iplexp).

Outro recurso que entra na composição do FUNDEF é a complementação do Governo Federal, que assegura aos governos estaduais e municipais parcela de recurso federal, onde o valor mínimo por aluno/ano não seja alcançado.

O FUNDEF possibilita uma significativa distribuição dos recursos vinculados à educação, de forma a contemplar os municípios mais carentes, avançando-se na direção da redução das desigualdades e da universalização do atendimento do ensino fundamental.

Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF devem ser criados tendo a participação das entidades de classe na indicação de seus membros, de modo a dar legitimidade e transparência ao colegiado. O Conselho nos municípios deve ser composto pelo mínimo de quatro membros:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Professores e diretores das escolas públicas do ensino fundamental;
- Pais de alunos;
- Servidores das escolas públicas do ensino fundamental.

Se houver no município um Conselho Municipal de Educação, um de seus membros também deverá integrar o Conselho do FUNDEF. A escolha dos representantes deve ser realizada pelos próprios segmentos que representam.

São três as atribuições básicas do Conselho:

- Acompanhar e controlar a repartição, transparência e aplicação dos recursos do FUNDEF;

- Supervisionar o Censo escolar anual; e
- Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos do programa FAZENDO ESCOLA (Educação de Jovens e Adultos).

Para o bom exercício de suas atribuições o Conselho deve informar –se sobre todas as transações de natureza financeira, envolvendo recursos do FUNDEF; exigir a elaboração e o fiel cumprimento do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério; reunir-se periodicamente para examinar os relatórios e demonstrativos elaborados pelo Poder Executivo; ter acesso e/ou manifestar-se sobre os quadros e demonstrativos a serem encaminhados ao Tribunal de Contas e exigir dos dirigentes das escolas e da Secretaria de Educação o cumprimento das normas e critérios de uso dos recursos e dos prazos de atendimento das exigências relacionadas ao Censo Escolar.

No momento encontra-se em fase de conclusão a proposta de transformar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental em Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

O acesso às informações sobre recursos do FUNDEF pode ser meio do Banco do Brasil ( conta específica do FUNDEF ), nas agências dos correios ( cartazes com os valores repassados mensalmente), na internet ( [www.mec.gov.br/seif/fundef](http://www.mec.gov.br/seif/fundef)), no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal/SIAFI ou junto ao MEC pelo telefone 0800-616161/Coordenação Geral de Acompanhamento do FUNDEF (61) 4108648/4109270.